



AGLOMERAÇÕES URBANAS BRASILEIRAS DOS SÉCULOS XIX E XX: SIGNIFICADOS NA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

Júlio César Suzuki

Professor doutor da Universidade de São Paulo / DG – USP
jcsuzuki@usp.br

Everaldo Batista da Costa

Professor doutor da Universidade de Brasília / GEA – UnB
everaldo@unb.br

Aglomerações urbanas brasileiras dos séculos XIX e XX: significados na produção do território (Resumo)

As aglomerações urbanas, no Brasil, passaram por extrema mudança no que concerne à produção do território. Assim, objetivamos analisar a mudança no significado das pequenas, médias e grandes aglomerações na produção do território nacional, particularmente no que concerne à relação estabelecida entre o campo e os aglomerados urbanos, do século XVI ao século XXI, tomando como exemplos as aglomerações de São Paulo, Presidente Prudente e Porto Feliz. Verificou-se que a presença dos cultivos e dos sistemas criatórios não desapareceu nas metrópoles brasileiras e nas cidades médias, mas é nas pequenas aglomerações urbanas que a presença das atividades agropastorais é mais forte, o que marca, ainda, a existências de lógicas diversas de produção do território brasileiro, bem como múltiplas formas de relação entre o campo e os aglomerados urbanos.

Palavras-chave: aglomeração urbana, metrópole, território brasileiro, relação campo-cidade.

Brazilian urban agglomerations of 19th and 20th centuries: meanings in the production of territory (Abstract)

Urban agglomerations in Brazil changed extremely in relation to production of territory. Thus, starting, we aimed to analyze changing in meaning of small, medium and large agglomerations in the production of the national territory, particularly with regard to the relationship established between the countryside and urban areas from the 16th to 21th century, taking as examples the agglomerations of São Paulo, Presidente Prudente and Porto Feliz. It was found that the presence of cropping systems and farms did not disappear from brazilian metropolises and medium-sized cities, but it is in small urban agglomerations that the presence of agro-pastoral activities is stronger, which also marks the existence of several

production methods in Brazilian territory, as well as multiple forms of relationship between the countryside and urban areas.

Keywords: urban agglomeration, metropolis, Brazilian territory, rural-urban relationship.

Os aglomerados urbanos no Brasil não possuem o mesmo significado no processo de formação da rede urbana que está intimamente vinculado às transformações da relação campo-cidade. Dessa forma, objetivamos, a partir da realidade brasileira, analisar a mudança no significado das pequenas, médias e grandes aglomerações na produção do território nacional, particularmente no que concerne à relação estabelecida entre o campo e os aglomerados urbanos, do século XVI ao século XXI, tomando como exemplos as aglomerações de São Paulo, Presidente Prudente e Porto Feliz.

Dizemos urbanos porque, como Paul Singer, em *Economia Política da Urbanização*¹, estamos considerando o momento, no Brasil, em que foi possível produzir e/ou capturar um excedente alimentar que permitisse a uma parte da população viver aglomerada, dedicando-se a outras atividades que não a produção de alimentos.

Utilizamos os termos aglomerados ou aglomerações porque, assim, incorporamos todas as formas de concentração urbana de pessoas e de atividades existentes no caso brasileiro. Dessa maneira, ao tratarmos das aglomerações em geral, não distinguindo, aqui, vila de cidade, superamos as dificuldades impostas pela transformação de seus significados político-administrativos, já que os mesmos se alteraram com a Proclamação da República, em 1889. Até então, a sede municipal poderia ser tanto uma vila quanto uma cidade, conforme seu significado hierárquico eclesiástico e de administração da Coroa portuguesa. É o que nos afirma Murillo Marx em *Cidade no Brasil, Terra de quem?*:

[...] A república, pela sua primeira constituição, possibilita aos estados tornarem cidade toda e qualquer sede de município. Toda sede de unidade autônoma territorial, não importa seu tamanho, população ou riqueza, sua posição relativa nas redes urbanas regionais, estará adaptável à categoria de cidade. A distinção institucional entre vila e cidade muda depois de quase quatro séculos de existência, e de indefinição também ou de não correspondência direta entre as qualidades de um centro e o seu posicionamento hierárquico como vila ou cidade. Cai a prerrogativa especial de cidade. Qual seria? Foi desde a Idade Média, constituírem as cidades núcleos não dependentes ou tributários de um poder regional delegado ou de senhores de terra; foi a de se subordinarem diretamente à Coroa, ao poder central, em tese, à autoridade maior. Isso quanto à faceta temporal das instituições, porque quanto à faceta espiritual, e correspondentemente, a distinção era nítida. Somente numa cidade é que a cadeira de um bispo – delegado direto papal – poderia ser instalada; somente numa cidade poderíamos encontrar uma igreja da sé. Apenas numa cidade um bispo poderia residir e tratar do seu quinhão importante da administração eclesiástica... e, indiretamente, da civil [...]².

Vale lembrar, aqui, que até a Proclamação da República, Igreja e Estado estavam unidos. Foi o período em que as aglomerações urbanas foram se constituindo, sobretudo na faixa litorânea do país, como pontas de lança da administração da Coroa e da Igreja, sendo Manuel Correia de Andrade é um dos autores que identificam as aglomerações litorâneas como base para a expansão da ocupação e a gênese e constituição da rede urbana brasileira, como aponta o trecho que segue:

A penetração para o interior foi feita a partir dos núcleos coloniais próximos à Costa – Pernambuco, Bahia e São Vicente – visando a redução dos índios e sua escravização e a procura de pastagens para o gado, no Nordeste, e de ouro e pedras preciosas no sul do país³.

As aglomerações urbanas estavam inseridas num Brasil fundamentalmente centrado no campo, conforme afirma Maurício de Almeida Abreu⁴.

O período colonial (1500-1822) é o momento de expansão da área ocupada pela sociedade luso-brasileira, gênese da formação da rede urbana; quando os aglomerados passam a reunir condições substantivas para a realização das atividades agrárias, possibilitando uma transformação da relação hierárquica entre campo e aglomerados urbanos, o que se intensifica durante o período imperial (1822-1889) e do início da República (1889). Não são mais apenas estes que dependem do campo, mas o campo passa a depender dos aglomerados urbanos, pois estes passam a materializar condições para a realização da atividade agrária, tais como as beneficiadoras de cereais, revendedoras de instrumentos de trabalho, bancos, transportadoras, dentre outras.

No entanto, a década de 1960 guarda, como afirma Saskia Sassen, profundas transformações na atividade econômica global, em que

[...] A mudança se expressa pela alteração da estrutura da economia mundial e ao mesmo tempo assume formas específicas em determinados lugares. Os aspectos conhecidos desta transformação é o desmantelamento de antigos centros de poder industrial nos Estados Unidos, no Reino Unido, mais recentemente e cada vez mais no Japão, assim como a acelerada industrialização em vários países do Terceiro Mundo. Um aspecto menos familiar, talvez, seja a rápida internacionalização da indústria financeira na década de [19]80, que incorporou uma multiplicidade de centros financeiros em uma rede mundial de transações. Finalmente, avanços na tecnologia da informática e das telecomunicações facilitaram a dispersão de tais centros no mundo todo e, ao mesmo tempo, a sua participação em mercados internacionais⁵.

A dispersão espacial de centros financeiros em uma rede mundial de transações redefiniu as relações existentes entre as redes urbanas nacionais e a rede global. No caso brasileiro, essas relações são catalizadas com o advento da indústria manufatureira e o estabelecimento de diferentes bancos que passaram a sustentar o desenvolvimento territorial com a implantação de novas tecnologias, como as ferrovias, entre o final do século XIX e início do século XX. Só dentro desse contexto histórico de desenvolvimento de territórios com sua tecnicização, podemos falar – para o longo século XX – na criação de nódulos centrais do circuito de relações que redonda em novas regionalizações: as cidades globais.

[...] a combinação da dispersão espacial e da integração mundial – sob a condição de continuidade da concentração do domínio e do controle econômicos – tem contribuído no desempenho de um papel estratégico das maiores cidades na atual fase da economia mundial. Muitas vezes devido a suas longas histórias como centros mundiais de negócios e transações bancárias, estas cidades funcionam hoje como postos de comando na organização da economia mundial; como lugares-chave e praças de mercado fundamentais para as indústrias que lideram neste período, financeiras e de serviços especializados para empresas; e como campos para a produção de inovações nas indústrias. Estas cidades vieram a concentrar tão vastos recursos e as indústrias de liderança exerceram tão pesada influência na ordem econômica e social destas cidades, que acabaram por criar a possibilidade de um novo tipo de urbanização, de uma nova cidade. Eu a chamo de cidade global [...]⁶.

A determinação geral que incide sobre a produção de aglomerações urbanas é participar de uma rede global, em que há uma hierarquia fortemente estabelecida, acentuando a relação entre centro e periferia, com a aceleração da mobilidade do capital nesse momento atual, definido por alguns como de globalização (particularmente os anglo-saxões), por outros de mundialização (sobretudo os franceses), ou, ainda, para terceiros, de acumulação flexível (principalmente àqueles vinculados à teoria da regulação).

Por mais que o processo geral seja o de intensificação da dinâmica econômica urbana, em que se sobressaem as atividades comerciais e de serviços, sobretudo nas pequenas e médias aglomerações, mas, também, as de gerenciamento e de pesquisa, nas grandes, particularmente nas metrópoles, a presença de atividades agrícolas no interior das cidades, bem como em suas bordas, não pode ser negado. Muito pelo contrário, indicaremos como tais atividades perduraram e se mantêm, estabelecendo núcleos de resistência ao *arrasamento* dos diferentes modos de vida sobrepostos caracterizadores tanto de nosso desenvolvimento territorial agrário quanto de embriões citadinos.

Nem mesmo o espaço metropolitano – registro maior do processo criativo material e simbólico de “novas urbanidades” – pode ser entendido como sendo apenas marcado pelo urbano. Sua definição deve incorporar uma miríade de situações marcadas por diversas gradações que se estabelecem entre o rural e o urbano.

Aglomerações urbanas paulistas e formação territorial brasileira

A distinção entre o campo e a cidade, a partir da divisão do trabalho, conforme nos indicara Marx e Engels⁷, bem como Paul Singer⁸, não é mais suficiente para separar estas duas realidades espaciais.

Para nós, há necessidade de se redefinir campo e cidade, rural e urbano, à luz das transformações da sociedade brasileira, dos novos elementos da reprodução das relações sociais, inserindo como categorias essenciais a propriedade, o trabalho e o capital; o que nos permitirá superar leituras marcadamente quantitativas na definição de campo e cidade, de rural e urbano.

Acreditamos, ainda, que não será possível avançar na compreensão do campo e da cidade, na contemporaneidade, seguindo por trilhas seguras e bem construídas, como os caminhos que valorizam somente a dimensão econômica, ou a cultural, ou a social, ou a política. Será necessário superar as leituras unidimensionais e unicausais no encontro com as múltiplas dimensões e determinações, o que nos conduzirá para a necessidade de diminuir os limites existentes entre os campos da Geografia (Geografia Agrária, Geografia Urbana, Geografia Econômica, Geografia Política, Geografia Social, Geografia Cultural), bem como em relação a outras áreas do saber, particularmente com a Sociologia, a Antropologia e a Economia. As pequenas, médias e grandes aglomerações (particularmente as metrópoles), no Brasil, passaram por extrema mudança em seu significado em relação à produção do território.

A análise que, aqui, realizamos recaiu sobre três aglomerações urbanas do estado de São Paulo, primeiro, porque permite, ao menos, a semelhança em termos de processos gerais da administração dos referenciados aglomerados; segundo, pela distinção que apresentam em termos demográficos: a maior metrópole brasileira, uma cidade média do extremo oeste paulista e uma pequena aglomeração da porção central do mesmo estado.

São aglomerações com cronologias muito distintas. São Paulo, com origem no século XVI; Presidente Prudente, desmembrada em 1917, mas fazendo parte de uma região colonizada desde o último quartel do século XIX; e Porto Feliz, desmembrada no final do século XVIII, mas cuja ocupação regional é do final do século anterior, tendo integrado o circuito de expansão territorial por ser a ponta de lança da saída de bandeirantes para o interior das terras coloniais portuguesas, no continente americano.

Em termos gerais, do século XVI ao século XVIII, sobretudo, as aglomerações urbanas constituíam-se como *locus* do poder colonial. Mesmo com o advento da Independência (1822), das transformações politicoeconômicas do Período Imperial e dos embates sociopolíticos no decurso de Proclamação da República (1889), tais aglomerados seguiram concentrando atividades religiosas e comerciais, principalmente de bens não produzidos na região, particularmente de escravos, naqueles espaços em que a dinâmica econômica permitia o acúmulo de riqueza suficiente para sua aquisição, conforme nos indica Murilo Marx⁹.

Durante o século XIX, o entesouramento da riqueza vai transitando do escravo para a terra¹⁰, particularmente entre os anos de 1845 e 1895, sobretudo na aglomeração urbana de São Paulo¹¹, que, naquela oportunidade, não passava de uma dentre várias capitais provinciais sem grande significado econômico ou demográfico ao ocupar a décima posição em termos de contingente populacional, em 1872¹².

No bojo deste movimento de re-significação da terra como fundamento da reprodução das relações sociais, alteram-se as mediações estabelecidas entre o campo e os aglomerados urbanos, constituídos por arraiais, vilas e cidades.

As aglomerações eram marcadas pela concentração da vida religiosa, bem como pela presença da atividade mercantil, sendo uma referência importante do urbano não-industrial e mediando um contexto socioeconômico extremamente rural, por mais que, em algumas regiões, particularmente no nordeste do Brasil, a transformação da cana-de-açúcar pudesse ser considerada como uma das atividades das mais modernas nos séculos XVI e XVII em relação ao que se fazia no mundo; enquanto o campo, com primazia do trabalho escravo, é onde se localizava a produção da riqueza. Mesmo na zona central da mineração do ouro e dos diamantes brasileira, marcada pela emergência de uma burguesia urbana colonial, os traços da ruralidade faziam-se e perduram prementes, apesar de a antiga historiografia abordar a crise de produção de gêneros e alimentícia que aplacou por décadas tal região, por suas características geográficas inprodutivas – o que vem sendo contextualizado pela historiografia contemporânea. A necessidade de subsistência da população mineradora marcou o passo do intercâmbio campo / núcleos sedes da mineração, em diferentes pontos dessa zona. A agricultura e a pecuária expressaram-se em chácaras e pequenas propriedades produtoras ao redor de proeminentes núcleos mineradores que, dentro de uma recíproca determinação, incorporaram, em sua arquitetura e nas dinâmicas econômicas mais recentes, as marcas dessas trocas – o campo faz-se, ainda, o dinamizador das atividades que se desenrolam nessas cidades.

Essa distinção entre o campo e as aglomerações urbanas, no contexto de formação do território nacional, permanece, aproximadamente, até o último quartel do século XIX, quando, nas aglomerações tendem a se expandir as atividades fabris, concentrando a produção da riqueza, o que se fortifica durante o século XX.

As dinâmicas presentes nas aglomerações passam a interferir, cada vez mais, nas atividades realizadas no campo, sobretudo após a introdução do pacote tecnológico nos anos 1950; inicialmente, no estado de São Paulo.

As aglomerações, em geral, passam, assim, a centralizar os capitais e a gestão das atividades econômicas. Intensifica-se, gradativamente, a distinção entre os significados sócio-político-econômicos dos aglomerados, em que as metrópoles vão se distanciando, ainda mais, da influência que exercem em relação às médias e pequenas cidades, já que começam a

comandar a rede urbana brasileira, cujos eixos e nós vão se densificando, sobretudo, na segunda metade do século XX. Assim, a hierarquia urbana vai se conformando a partir de algumas metrópoles nacionais, inicialmente Rio de Janeiro e São Paulo e, depois, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, dentre outras; de metrópoles regionais, como Cuiabá, no estado de Mato Grosso; e de cidades médias e pequenas¹³.

São Paulo

São Paulo, a maior metrópole nacional, passa a concentrar atividades vinculadas à gestão da produção, bem como o capital, além de inúmeras atividades fabris e comerciais, dentre outras, conforme apontou Sandra Lencioni¹⁴. No entanto, ainda, em seu interior e em suas bordas, permanecem atividades agrícolas, sobretudo na porção sul do município, ainda, com produção camponesa¹⁵, em grande medida; mas, também, sob as linhas elétricas de alta tensão e em terrenos sem edificação.

A metrópole, mesmo a de São Paulo, não é um local exclusivo do urbano, mas de seu predomínio, já que, como uma de suas dimensões, existe a presença de um grande contingente demográfico, cujas tradições e práticas sociais, ainda, são muito marcadas pelo tempo lento do campo. É o urbano que vai transformando o rural presente nessas populações, metamorfoseando-as.

O estudo feito por Ibirá Perrucci Toledo Machado¹⁶, acerca da agricultura realizada na metrópole, em grande medida revelou situações das mais diversas, envolvendo migrantes nordestinos com práticas rurais, sobretudo as que se relacionavam aos sistemas de cultivo e aos sistemas criatórios.

Entrevistas, por ele realizadas, em grande medida, revelam aspectos importantes da tese que ora defendemos, particularmente os casos de Maria de Melo (cultivadora de hortaliças do Núcleo de Agricultura Urbana – Sapopemba), Robson de Souza (criador de gado no Butantã) e Marcos Ferreira (cultivador de plantas ornamentais em Santo Amaro, às margens do Rio Pinheiros).

Segundo Ibirá Perrucci Toledo Machado¹⁷, o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, do Município de São Paulo, iniciou-se, em 2003, objetivando a recuperação de áreas degradadas e a criação de alternativas para pessoas em situação de exclusão social na metrópole de São Paulo:

No início de 2003, a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA) deu início ao Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, buscando recuperar áreas públicas degradadas e criar alternativas de renda para pessoas em situação de exclusão social. Segundo Hans Temp, o primeiro coordenador de agricultura urbana da SVMA e fundador da ONG Cidades Sem Fome, o embrião dessa política pública germinou em junho de 2003, quando foi implantado o primeiro Núcleo de Agricultura Urbana (NAU) do Programa, localizado num terreno de 7.000 m² próximo ao viaduto Bresser, fruto de uma parceria entre a SVMA e a Subprefeitura da Mooca.

O programa, no entanto, entrou em retração, após 2005, mas com possibilidade de retorno de ações da Prefeitura Municipal a partir de meados de 2006:

Após o sucesso do primeiro núcleo, a Prefeitura implantou outros nove núcleos, como em Guahanases, com área de 5.000 m² e dezessete famílias. A prefeitura chegou a desenvolver um relatório em parceria com o Incra, por meio da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, em que foram listadas outras catorze áreas possíveis de se implantar a agricultura na metrópole. Nos dados apresentados no Projeto Casulo – Agricultura Urbana (2004), resultante do convênio Incra–Prefeitura, essas catorze áreas distribuídas entre São Mateus, Vila Prudente, Itaim, Mooca, Guahanases, Vila Mariana, Itaquera e Butantã contariam com ao menos 309 famílias trabalhando, somando em torno de 1.545 pessoas que seriam diretamente beneficiadas. O convênio, contudo, foi congelado desde o início de 2005 sem terem sido esclarecidas as causas de seu fechamento, emperrando um importante avanço que teria o programa do município. Muito recentemente, já em meados de 2006, novas conversas estão ocorrendo na pretensão de reavivar a parceria¹⁸.

Além dos casos indicados acima, Ibirá Perrucci Toledo Machado¹⁹, ainda, recuperou práticas agrícolas em outros pedaços da metrópole, o que revela a distribuição de sistemas de cultivo e de sistemas criatórios na periferia leste, sul e oeste de São Paulo.

Maria de Melo, do Núcleo de Agricultura Urbana – Sapopemba, é natural de Alagoinhas, interior de Pernambuco, onde sua família possuía propriedade rural, produzindo alimentos para a subsistência, além do trabalho em propriedades da região, nas quais participavam da colheita do tomate, goiaba, caju e mandioca. Após seu casamento, aos 21 anos, migrou, diretamente para São Paulo, tendo sido contratada, como assalariada, no bairro A. E. Carvalho, por Hans Temp, coordenador da ONG Cidades Sem Fome – responsável por alguns dos núcleos de agricultura urbana da metrópole –, com o objetivo de multiplicar as práticas propostas pela ONG no que se refere à produção de hortas comunitárias. Ela acredita na possibilidade de realização da agricultura na metrópole, mesmo que tal atividade signifique muito esforço e trabalho:

É isso, é trazer a horta na cidade! Pra mim é muito importante, porque deveria muitas pessoas fazer isso. Porque São Paulo é rico, tem muita terra, moço, se todo mundo pensasse assim, eu vou fazer, plantar um pedaço de terra pequenininho, dá. Não tem terra dura, não tem terra mole. Você tem que fazer. Se você disser, vou plantar e vou colher, você colhe.” (Entrevista realizada com Maria de Melo, por Ibirá Machado, em 05/09/07).

Além das práticas rurais dos núcleos de agricultura urbana, há criação de gado *vacum* no interior da metrópole, conforme se verifica pela atividade de Robson de Souza, natural de Feira de Santana, interior da Bahia. Ele nasceu numa fazenda pertencente à sua família, tendo participado da lida com o gado juntamente com o pai e os irmãos. Na metrópole, cria cerca de vinte cabeças de gado leiteiro, no extremo oeste do bairro Butantã, no trecho conhecido como Jardim Esmeralda.

Ibirá Perrucci Toledo Machado²⁰ relata um pouco dos procedimentos utilizados por Robson de Souza para iniciar a criação de gado:

(...) À sua volta observava três grandes terrenos vazios que não tinham nenhuma função além de juntar mato, lixo e refúgios para atividades ilícitas; a exceção ficava com as faixas por que passam as torres de alta tensão da Eletropaulo.

Finalmente, há pouco mais de dez anos, teve a idéia de comprar uma vaca para criar no terreno da Eletropaulo, que por sinal é mais larga que as faixas comuns, já que nela passam, na verdade, duas linhas de torres paralelas. Queria apenas unir o útil ao agradável, aproveitando o terreno ao lado de sua casa com uma vaca que poderia oferecer-lhe um pouco de leite. No entanto, percebeu que a idéia era de fato boa e, pouco a pouco, foi comprando mais vacas.

Nesse meio tempo, soube que deveria ter um documento da Eletropaulo que lhe desse a concessão de uso da área. Sendo assim, Robson reuniu os documentos necessários, que nada

mais são que comprovante de residência, RG e CPF, recebeu a visita de um técnico da empresa de distribuição elétrica que verificou o local e as condições, e finalmente recebeu o documento de concessão. Esse documento dá a ele uma concessão de cinco anos de uso da área determinada, sendo renovável enquanto ele tiver o interesse e o cuidado com uso.

No entanto, conforme ele foi adquirindo mais cabeças de gado, percebeu que a faixa da Eletropaulo em que ele tinha acesso não ofereceria pasto suficiente aos seus animais. Assim, conseguiu conversar com o dono de dois dos três grandes terrenos que havia ali perto, conseguindo o consentimento para que ele pudesse utilizá-los como pasto. O terceiro terreno era aberto e, portanto, ele passou a utilizar sem pedir a ninguém. Foi dessa maneira que então ele atingiu as 22 cabeças de gado leiteiro, entre animais comprados e nascidos ali mesmo, estruturou um pequeno curral onde todas as manhãs vai tirar leite, e fez de sua casa um entreposto.

Casado e com um filho apenas, Robson percebeu que com a confiança da comunidade poderia criar uma rede de clientes fixos para vender o leite e o iogurte que fabricava em casa, com a ajuda da esposa, e assim sustentar a família independentemente das oscilações do mercado de trabalho. Surpreendentemente, Robson tira hoje em dia cerca de R\$600,00 por mês só com a venda do leite, suficiente para sustentar sua casa. Hora ou outra vende algum animal para um abatedor próximo a Jundiaí, além de fazer bico de pintor quando encontra oportunidade²¹.

Robson, além da criação de gado, realiza cultivo de milho, para consumo da família, em área de maior declividade, pertencente à Eletropaulo, em trecho inadequado para o gado *vacum*. Outra prática rural, realizada na metrópole, é a de cultivo de plantas ornamentais, junto à Ponte João Dias, na Marginal Pinheiros, em Santo Amaro, Zona Sul de São Paulo por Marcos Ferreira, sendo que a área utilizada, também como ocorre com Robson de Souza, está sob linhas de alta tensão da Eletropaulo. Marcos é de origem rural, natural de Riquié, interior da Bahia:

Marcos conta que deixou toda a família há cerca de dez em Riquié, na Bahia, onde trabalhavam na lavoura como meeiros de outro proprietário. A família dele permaneceu ali, onde compraram um sítio, pouco tempo depois de ele ter vindo para São Paulo, e hoje o pai planta hortaliças. Os irmãos, apesar de por vezes ajudarem o pai, ganham dinheiro com a mecânica de motos que abriram juntos.

Querendo uma vida melhor, pensou que São Paulo pudesse dar-lhe oportunidades. Diz que até agora não se arrependeu, já que assim que chegou conseguiu emprego numa metalúrgica e, ao sair, imediatamente conseguiu começar a trabalhar com jardinagem, em uma loja especializada com isso no Morumbi. Com esse emprego, conheceu uma pessoa que possuía a concessão de uso da área em que hoje ele ocupa com o plantio de plantas ornamentais, sob linhões de eletricidade, mas que na época ficava por conta desse amigo. Mas há cerca de um ano, essa pessoa teve que deixar o cuidado dessa área para passar a cuidar de uma filial da loja em que Marcos trabalha, oferecendo a ele a concessão do terreno.

Marcos disse que achou a oportunidade muito boa, já que nunca deixou de gostar de mexer com a terra. Assim, imediatamente aceitou a proposta de cuidar do local. No entanto, Marcos revela que a função da área que cuida é muito mais simbólica que objetiva, ou seja, a produção de plantas é pequena em relação à demanda da loja com que é vinculado, e não há procura muito grande. Há, no terreno, uma pequena casa construída; embora a Eletropaulo proíba o uso de suas áreas para moradia, Marcos instalou ali uma geladeira, uma televisão e uma cama, mas diz que não costuma dormir ali – só de fim de semana. (...) Ele mora longe dali, no Jardim Miriam, próximo a Diadema²².

A área cultivada por Marcos não apresenta muita densidade no seu uso para o plantio de plantas ornamentais, restando muita área ainda desocupada, mesmo que, também, realize a cultura de milho, mandioca e feijão.

A diversificação de culturas relaciona-se, diretamente, com a tradição camponesa da policultura, em que se intercalam espécies diferentes com tamanho e velocidade de maturação distintas.

A prática da diversificação de culturas de Marcos Ferreira e a recuperação de práticas rurais de Robson de Souza e Maria de Melo revelam o quanto de campesinidade foi reconstituída nas mediações com a metrópole de São Paulo, nos casos desses três migrantes nordestinos, mesmo que não sejam mais camponeses, recuperaram traços de suas mediações com um tempo cíclico da natureza, em que o *habitus* e o *ethos* de sua situação social de origem, ainda, estão presentes, sobretudo aqueles relativos à prática da agricultura e a moral camponesa.

Segundo Pierre Bourdieu²³, o *habitus* se define como

[...] sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante”.

Assim, o *habitus* se relaciona a uma delimitação para além do indivíduo, cujas características são determinadas pelo seu pertencimento ao grupo de que faz parte.

Pierre Bourdieu, ainda, salienta o papel de produto da noção de *habitus*, bem como o de força impulsora da construção do indivíduo e de seu grupo, o que se percebe claramente pela sua definição como “estruturas estruturadas e estruturantes”. De certo modo, o que se adensa na sua justifica de elaboração da noção de *habitus*:

[...] Sendo as minhas posições próximas das de Chomsky que elaborava, por então, e quase contra os mesmos adversários, a noção de *generative grammar*, eu desejava pôr em evidência as capacidades ‘criadoras’, activas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra *habito* não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky – o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista), o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente em acção: tratava-se de chamar a atenção para o ‘primado da razão prática’ de que falava Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeriu nas *Teses sobre Feuerbach*, o ‘lado activo’ do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do ‘reflexo’, tinha abandonado”²⁴.

O *ethos*, com forte relação com a noção de *habitus*, identifica-se densamente com o significado, em Hegel, de “moral realizada”, “em oposição ao moralismo abstrato da moral pura e formal do dever”²⁵.

O estudo de Ibirá Perrucci Toledo Machado²⁶, ainda, construiu vínculos importantes acerca das práticas culturais dos migrantes nordestinos, mas, também, mineiros, na metrópole, recuperando o significado das festas:

Além dessas características que exemplificamos, também há uma outra prática social que é marcante da cultura camponesa, que são as festas, ou mesmo os encontros para prosearem, tocarem e cantarem alguma coisa, enquanto comem algo preparado por um ou mais deles. Isso faz parte da estruturação social camponesa, que em certa medida foi significativamente alterada na cidade, dadas as outras necessidades das relações sociais urbanas, mas que persistem de alguma maneira, adaptadas ou não, como principal característica da cultura de uma sociedade agrária que já não existe mais (...).

Podemos não nos dar conta, mas muitas das festas que marcam hoje a sociedade urbana, nosso calendário anual, tiveram origem em tradições e crenças fundamentalmente rurais. É sabido que o carnaval, por exemplo, era uma celebração relacionada ao plantio, à fertilidade, à entrada da primavera no hemisfério norte, mas que foi incorporada ao calendário religioso cristão, precedendo a quaresma. No mesmo calendário religioso, é inegável a importância das festas juninas, hoje plenamente incorporadas pelo mundo urbano do consumo, tanto quanto o carnaval. No entanto, excetuando essas grandes festas que marcavam principalmente o ciclo agrícola do camponês, eram os encontros geralmente semanais que caracterizavam a festividade dessas sociedades.

Sobre essa característica, a que se preserva com mais evidência está na horta de Guaianases, onde é recorrente a realização de um churrasco onde todos vão, e que além de carnes em geral, são assadas batatas da horta, por exemplo. Esse é um dia de celebração, onde o rádio substitui a viola ou a sanfona, mas que o melhor para eles é estarem na “roça”, esquecendo da cidade [...]. Também Marcos em Santo Amaro confessa que um dos principais motivos que o fez aceitar a idéia de assumir a concessão da área sob as torres de alta tensão foi a idéia de ter um lugar tranquilo em que pudesse receber os amigos aos fins de semana. Nesse caso, porém, esses amigos a que se refere não estão relacionados à agricultura – no máximo alguns deles trabalham com ele na loja de jardinagem.

Assim, podemos dizer que essas pessoas eram camponeses em suas saudosas terras de origem, fosse no nordeste do Brasil ou em Minas Gerais, regiões de onde vieram os migrantes. Camponeses proletarizados que vieram à metrópole [...].

Pensando assim, portanto, não só grande parte da cultura camponesa permanece nas práticas cotidianas desses sujeitos, alterando a forma de materialização e apropriação do espaço urbano, mas também outra grande parte permanece guardada dentro deles, podendo ser ainda mais resgatada quando retornam às suas terras ou optam por mudarem-se para outras áreas rurais.

No entanto, não é só na metrópole de São Paulo que há grande contingente de migrantes nordestinos, há municípios, vizinhos à capital, com forte presença nordestina, cujas práticas espaciais de seus moradores recuperaram, em grande medida, muitas das mediações em que estavam inseridos em seus locais de origem, marcadamente práticas rurais, como as que descrevemos acima de Maria de Melo, Robson de Souza e Marcos Ferreira.

Na permanência das práticas espaciais, tem grande relevância o significado de parentes e de amigos no recebimento dos migrantes na metrópole de São Paulo e em seu redor, tanto no acolhimento na casa da família, quanto no apoio na busca por moradia, geralmente nas vizinhanças, para aluguel.

A proximidade física ou social contribui, enormemente, para a continuidade de práticas existentes nos locais de origem, permitindo que o *habitus* e o *ethos* sejam revificados, renovando-se com a mediação da vida na metrópole.

Presidente Prudente

Presidente Prudente, uma cidade média do interior oeste do estado de São Paulo, com população aproximada de 200.000 moradores, possui extremo significado na coordenação das atividades regionais, não só na comercialização de bens necessários à produção agrícola, por mais que muitos deles sejam adquiridos diretamente da metrópole de São Paulo sem a mediação da aglomeração de Presidente Prudente, mas, também, pela difusão de inovações, formação escolar, atendimento hospitalar etc.

Segundo Maria Beltrão Encarnação Sposito, as cidades médias se definem por sua situação na hierarquia urbana e divisão territorial do trabalho, mediando as cidades de maior e as de menor porte:

As cidades médias são aquelas que, numa dada divisão territorial do trabalho, são centros regionais importantes, em função de serem elos de ligação entre cidades maiores e menores. No período atual, no Estado de São Paulo, essas cidades são, de um lado, aquelas nas quais a população das cidades pequenas polarizadas por elas realiza o consumo de bens e serviços necessários à produção e à vida, e são, de outro lado, os espaços escolhidos para a localização das grandes empresas comerciais e de serviços que querem atingir um mercado consumidor de poder aquisitivo crescente – o do interior paulista. Desse ponto de vista, as cidades médias são o ponto de apoio para a atuação de grandes capitais nacionais e internacionais que, sediados na metrópole paulista, expandem-se territorialmente em direção às cidades da rede urbana, cujas situações geográficas estratégicas, possibilitam-lhes atingir mercados consumidores regionais, compreendidos pelos moradores destas cidades e das cidades pequenas que estão em sua esfera de influência econômica e/ou política²⁷.

Ainda, segundo Maria Beltrão Encarnação Sposito, nas cidades médias, o rural aparece pela negação de sua presença pelos seus moradores, que tenderiam pela aproximação dos signos de moderno relacionados, sobretudo, com vida metropolitana:

A maior proximidade cultural com o mundo rural, seja pela recente migração, seja pela maior integração entre as atividades econômicas urbanas e agrárias, levaria os habitantes das cidades médias ao paradoxal interesse de se dissociar do mundo rural e se aproximar dos signos de moderno, identificados com a vida metropolitana²⁸.

A cidade média de Presidente Prudente, além de importante significado na reprodução de capitais nacionais e internacionais, mediados, em grande medida, pela metrópole paulista, o que recupera sua importância na hierarquia urbana do estado de São Paulo e do Brasil no contexto da divisão territorial do trabalho, mantém relativa mediação com o campo, ainda, mais forte que presente na capital do estado, particularmente no que se refere à materialização das condições de produção das atividades agrárias, tanto no que toca à infraestrutura, como pelo conhecimento técnico e linhas de financiamento das atividades rurais.

Há, ainda, presença marcante da atividade agrária, sobretudo, nos espaços entre a malha urbana mais coesa de Presidente Prudente e os loteamentos já com edificações em direção às cidades de Álvares Machado a noroeste e Regente Feijó a sudeste.

A força do rural ainda a marcar a urbanização em cidades médias brasileiras – caso aqui assinalado a partir de Presidente Prudente –, revelando-se *evento* significativo no contexto de redefinição da rede urbana brasileira, quando desonta, proeminente, fluxos cada vez maiores de migrantes para cidades médias, quer seja oriundos das metrópoles ou de outros aglomerados, a buscarem qualidade de vida nestas cidades em franco desenvolvimento no país. Assim, tanto na metrópole quanto nas médias cidades, as resistentes marcas do campo fazem-se símbolos identitários de uma histórica transição (campo-cidade) nunca superada e que destaca os vetores passados-presentes do crescimento e do desenvolvimento nacionais.

Porto Feliz

Porto Feliz, por fim, é uma pequena cidade, com aproximadamente 50.000 moradores, em que a presença do campo se espalha em seu interior, constituindo, ainda, bolsões de terras não-edificadas, com atividades de cultivo e de criação de gado, sobretudo o de tipo *vacum*.

Segundo Roberto Lobato Corrêa²⁹, a pequena cidade possui origens diversas, em que parte da população se engaja em atividades relacionadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços, enquanto outra se vincula a atividades agrárias; além de se constituir em sede municipal e centro local.

A pequena cidade pode ser melhor definida em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico. Ela se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa dedicada sobretudo às atividades agrárias. Em muitos casos vilas e povoados estão em sua hinterlândia: constituem eles núcleos de povoamento dedicados essencialmente às atividades agrárias. Mas muitas pequenas cidades têm em suas hinterlândias algumas pequenas cidades, menores ainda, que em um passado não muito distante, constituíam vilas e povoados subordinados a elas.³⁰

Roberto Lobato Corrêa³¹ salienta o significado das pequenas cidades na confluência entre o urbano e o rural a partir de cinco perspectivas: apropriação de parcela do valor produzido pelas atividades do complexo agroindustrial, bem como pela sua gestão local; separação entre cidade e campo; fusão, em diferentes graus, do urbano e do rural; urbano como síntese e demonstração das transformações do rural; generalização do urbano, com o rural e as relações com o urbano cedendo lugar ao urbano.

Porto Feliz encontra-se marcada pelas características definidas, em grande medida, por Roberto Lobato Corrêa³², já que as atividades agrárias estão presentes nos cultivos de hortaliças nos fundos dos terrenos e em pequenas propriedades rurais na porção sul da aglomeração urbana, junto à Avenida Getúlio Vargas, particularmente na confluência com a Rua Alcides Costa Aranha.

Na porção centro-leste, ainda existe uma pequena propriedade com frutíferas, olerícolas, criação de gado *vacum* e de galinhas, sendo que a dinamização do mercado imobiliário, na cidade, sobretudo nos últimos 5 anos, permitiu que a área esteja em processo de regularização de parcelamento fundiário, desde 2011, para se constituir no terceiro condomínio fechado na porção central da malha urbana. Embate este que representa um conflito latente entre a permanência de um velho modo de produzir calcado na exploração direta da terra e a emergência do novo urbano que, ao não abandonar este velho modo de produzir, o tem como resistência ao estabelecimento hegemônico das cidades e de relações calcadas na efemeridade. Na porção noroeste de Porto Feliz, há, também, inúmeras pequenas propriedades com frutíferas, criação de galinhas e gado *vacum*, o que corrobora a afirmativa da presença de práticas agrárias em praticamente todas as porções da cidade, do centro às suas periferias.

Mesmo marcada pela forte presença da agricultura da cana-de-açúcar, ainda há inúmeras pequenas propriedades rurais com policultura, sobretudo nas áreas mais próximas da aglomeração urbana de Porto Feliz, em que pese o cultivo de olerícolas, frutíferas, grãos destinados ao consumo e à comercialização, criação de galinhas e de gado *vacum*.

Sobretudo na pequena cidade, a presença do campo faz-se como significante resistência à imposição do urbano que, gradativamente, tende a galgar terreno para atender à reprodução ampliada, diferenciada e contraditória do capitalismo sobre as cidades.

Considerações finais

Por mais que a prática dos cultivos e os sistemas criatórios não tenha desaparecido nas metrópoles brasileiras e nas cidades médias, é nas pequenas aglomerações urbanas que a presença das atividades agropastoris é mais forte. Essa *permanência* esboça, ainda, a existências de lógicas diversas de produção do território brasileiro, com a existência de “fundos territoriais” (áreas de expansão de domínio territorial)³³ em que predominam relações de produção não-capitalistas; de terras extremamente marcadas pelo assalariamento, como as de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, em que Porto Feliz não foge à regra; dentre outras formas.

Assim, não é mais a concentração da atividade religiosa e comercial que marca as aglomerações brasileiras, particularmente as do estado de São Paulo, mas uma infinidade de possibilidades subdivididas em metrópole nacional, cidades médias e pequenas, dentre outros níveis hierárquicos possíveis, mediando a produção do território brasileiro em que a relação entre o campo e os aglomerados urbanos não mantém um padrão uniforme, mas, sim, diverso. Essa complexidade se acentuou no momento mais contemporâneo, em que foram redefinidas as mediações e significados das aglomerações urbanas com a aceleração da economia por conta da compressão espaço-temporal³⁴ das últimas décadas do século XX e início do século XXI, em que pese o significado das descobertas científicas, do avanço tecnológico e da velocidade de difusão das informações.

Notas

¹ Singer, 1990. [1.ed. de 1973]

² Marx, 1991, p.100.

³ Andrade, 1995, p.33.

⁴ Abreu, 1996, p.148.

⁵ Sassen, 1993, p.187.

⁶ Sassen, 1993, p.187-8.

⁷ Marx e Engels, 1991.

⁸ Singer, 1990.

⁹ Marx, 1991.

¹⁰ Martins, 1990.

¹¹ Mello, 1990.

¹² Scarlato, 1995.

¹³ É possível identificar outros níveis hierárquicos intermediários, mas que não cabem nesse resumo.

¹⁴ Lencioni, 1991.

¹⁵ Acerca da relação entre metrópole de São Paulo e agricultura na porção sul do município, ver Fernandes, 2008; e Frabetti, 2008.

¹⁶ Machado, 2007.

¹⁷ Machado, 2007, p.54.

¹⁸ Machado, 2007, p.55.

¹⁹ Machado, 2007.

²⁰ Machado, 2007.

²¹ Machado, 2007, p.88-9.

²² Machado, 2007, p.94-5.

²³ Bourdieu, 2003, p.191.

²⁴ Bourdieu, 1989, p.61.

²⁵ Bourdieu, 1989, p.62.

²⁶ Machado, 2007, p.118-22.

²⁷ Sposito, 2004, p.126.

²⁸ Sposito, 2004, p.137.

²⁹ Corrêa, 2011.

³⁰ Corrêa, 2011, p.6-7.

³¹ Corrêa, 2011.

³² Corrêa, 2011.

³³ Ver, em Moraes (1999), a problematização do conceito.

³⁴ Acerca da compressão espaço-temporal, vide Harvey, 1992.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. “Pensando a Cidade no Brasil do Passado” In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.197-244..
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo/Recife: Hucitec/Ipespe, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. A génesis dos conceitos de habitus e de campo. In: _____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, 1989. Cap. 3, p.59-73.
- BOURDIEU, Pierre. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sérgio Miceli. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. Cap. 4, p.183-202.
- CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. *Geousp*, São Paulo, n.30, p.5-12, 2011.
- FERNANDES, Evandro Noro. *Reprodução de pequenos agricultores no espaço metropolizado paulistano*; uma análise da porção sul do município de São Paulo. 2008. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2008.
- FRABETTI, Giancarlo Livman. *A reprodução das formas de apropriação produtiva da terra pelo trabalho familiar a sudoeste da capital paulista*; relação cidade-campo no contexto da urbanização da cidade de São Paulo. 2008. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2008.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LENCIONI, Sandra. *Reestruturação Urbano-Industrial. Centralização do Capital e Desconcentração da Metrópole de São Paulo. A Indústria Têxtil*. 1991. Tese de Doutorado em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1991.
- MACHADO, Ibirá Perrucci Toledo. *Vivendo da terra em chão de concreto*; Considerações acerca da agricultura na metrópole de São Paulo. 2007. Trabalho de Graduação Individual (Departamento de Geografia/FFLCH/USP), 2007. 134p.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*, 4.ed., São Paulo, Hucitec, 1990.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (I - Feuerbach)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, Terra de quem?*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza, São Paulo, 1845-1895; Contribuição ao Estudo da Passagem da Economia Mercantil-Escravista à Economia Exportadora Capitalista*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

-
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre formação territorial e políticas territoriais no Brasil. *Território*, Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, p.43-50, jul.-dez.1999.
- SASSEN, Saskia Sassen. “A cidade global”. In: LAVINAS, Lena; CALEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993. p.187-202.
- SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização brasileira. In: ROSS, Jurandy L. Sanches (org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. p.381-463.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SPOSITO, Maria Beltrão Encarnação. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones geográficas*, n.54, p.114-34, ago.2004.

